

A CIENTIFICIDADE DA ÉTICA E A HISTORICIDADE DA MORAL.

Anita Pedrosa Fontes.
Graduanda em Pedagogia.
Pesquisadora do grupo Práxis, Educação e Formação Humana.
Universidade Estadual do Ceará – UECE.

RESUMO

O presente trabalho objetiva defender a ética como ciência da moral. Partimos da premissa da existência de uma história da moral, o que nos conduz a outro objetivo, articulado com o primeiro: demonstrar a relação direta do mundo da moral com os diferentes contextos históricos. Nosso estudo demonstra sua importância a partir do momento em que entendemos que a moral é um comportamento específico do gênero humano, e definida como normas e regras aceitas conscientemente, nas quais conduzem as relações dos homens entre si. Contudo, a nosso ver, a abordagem da moral, o estudo ético, não pode ser qualquer estudo, e sim uma análise respaldada na realidade concreta dos homens, compreendidos por nós como seres sociais e históricos e que, por isso mesmo, deve-se estudar as diferentes sociedades, os diferentes momentos históricos com o olhar apurado para cada moral efetiva. Lógico que não se deve perder de vista outros conhecimentos para que a moral seja apreendida em toda a sua riqueza, porém o presente trabalho opera este recorte do aspecto histórico da moral. Para a construção deste trabalho, ainda em andamento, usamos da pesquisa bibliográfica, tendo como principal referência teórica os estudos de Vásquez (2008). Os resultados preliminares é a constatação das rupturas e permanências das estruturas morais nas diferentes organizações sociais. Concluímos que a história dos homens é por muito movida pela luta de classes e com isso a moral também percorre um caminho do qual os homens devem se apropriar.

Palavras-chaves: Moral; Ética, História; Ciência; Formação Humana.

EM DEFESA DA ETICA COMO CIÊNCIA

Para iniciarmos nossa discussão em torno da ética é importante defini-la. A ética tem como o seu campo de conhecimento, seu material de estudo, a moral, que por sua vez é um "conjunto de normas, aceita livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens". (VÁZQUEZ, 2008, p. 63).

A moral é um tipo específico de comportamento humano e a ética é uma teoria que tenta explicar a riqueza de tal comportamento. Sendo assim há diferenças entre os problemas morais e os problemas éticos. Os problemas morais têm um caráter de particularidade de uma situação, por exemplo: "devo denunciar um amigo que cometeu um ato que é considerado como traição à pátria?". Tal problema moral nos remete a uma norma: "Os interesses da pátria devem ser colocados acima dos interesses pessoais", o que pode ser aceito ou não pelo

indivíduo. Já os problemas éticos estão em uma escala de generalidade, há vários problemas éticos que devem partir dos problemas e atos morais, mas que precisam transcendê-los para tentar explicá-los. São problemas éticos: definir o que é o bom; investigar a relação entre responsabilidade, liberdade e necessidade; explicar o movimento da mudança do “mundo da moral”, a essência do ato moral, os valores; os argumentos que justificam uma avaliação moral (se são racionais)etc. Não há uma barreira rígida que separe os problemas morais dos problemas éticos, eles se distinguem, mas não se eliminam. Pelo contrário, estão intimamente ligados, sofrendo influências mútuas. A ética como ciência tem como seu objeto a moral, e deve, por isso mesmo, partir da realidade concreta de tal fenômeno, e como toda ciência deve criar conceitos que fundamentem sua teoria, retirar leis gerais que expliquem tal fenômeno, elaborar hipóteses. É lógico que uma vez elaborada uma teoria moral, a mesma influenciará os atos morais, como a exemplo da teoria moral cristã (doutrina ética) que até os dias de hoje insere valores morais tais como o do sacrifício, do amor ao próximo, da fé, etc., tais valores respaldados em uma teoria divina que remete há uma concepção filosófica de homem, que teria Deus como a medida de todas as coisas.

Diante da influência que a disciplina teórica ética exerce na prática dos atos morais, tentou-se ver na Ética uma disciplina normativa, onde caberia ao teórico (uma espécie de legislador) “indicar o melhor comportamento do ponto de vista moral” (VÁZQUEZ, 2008, p. 21), tal idéia parte de uma ética tradicional no tempo em que realmente não havia vários outros conhecimentos científicos que mais tarde ajudaram no entendimento da moral, como o comportamento do homem real, ser social.

Vázquez explica que o caráter de tal ética é pautada em uma filosofia especulativa.

Também é certo que muitas doutrinas éticas do passado não são uma investigação ou esclarecimento da moral como comportamento, humano, mas uma justificação ideológica de determinada moral correspondentes a determinadas necessidades sociais, e, para isso, elevam seus princípios e suas normas universais, válidas para qualquer moral. [VÁZQUEZ, 2008, p. 20].

Isto não significa que o teórico deva considerar a moral apenas em seu sentido temporal e relativo, mas do contrário, considerá-la como parte da história dos homens na sua totalidade, diversidade e variedade. Neste sentido, a ética é explicação daquilo que foi e daquilo que é, e como qualquer teoria não se reduz a uma mera descrição.

Os que se opõem a ética como ciência defendem-na como um capítulo específico da filosofia. Argumentam que esta “não elabora proposições objetivamente válidas, mas juízos de valor ou normas que não podem pretender essa validade” (VÁZQUEZ, 2008, p. 25). Vimos nas considerações atrás que este tipo de ética é uma ética normativa e realmente tal ética que constitui códigos normativos não pode elaborar conhecimento científico, porém um conjunto de normas elaboradas por tal ética pode ser objetivo de estudo científico. Todo e qualquer fenômeno natural (físico) ou social pode ser objeto de estudo científico. É como o exemplo do preconceito, que sendo um fenômeno da realidade social e que por si não pode elaborar conhecimento científico (sistemático, objetivo e racional), mas que pode ser um estudo científico a partir do momento em que se analisam suas origens, efeitos na saúde mental das pessoas, o seu conteúdo na estrutura sócio-histórica, etc.

A ética normativa se baseia em uma filosofia especulativa, que acaba por construir preceitos demasiadamente abstratos advindos de uma tradição filosófica que cai por terra quando imprimimos sobre ele um olhar científico, como aprendemos da seguinte afirmação de Konder:

A concepção metafísica prevaleceu, ao longo da história, porque correspondia, nas sociedades divididas em classes, aos interesses das classes dominantes, sempre preocupadas em organizar duradouramente o que já está funcionando, sempre interessadas em “amarrar” bem tanto os valores e conceitos, como as instituições existentes, para impedir que os homens cedam à tentação de querer mudar o regime social vigente (KONDER apud GADOTTI, 2003, p.17).

É óbvio que a ética, como qualquer outra ciência, não pode prescindir da filosofia, principalmente da história do pensamento filosófico que nos oferece valiosos esclarecimentos. A ética está intimamente ligada à filosofia, (mas não com qualquer filosofia) principalmente porque pressupõe uma concepção filosófica do homem, o que nos dará suporte, fundamentação e uma visão total de homem, como ser social, histórico e criador.

A ética como ciência deve dialogar com outras ciências, que nos dias atuais, podem fornecer valiosas conclusões para o entendimento da moral: a psicologia com seus estudos sobre a consciência, o inconsciente, a motivação, os aspectos subjetivos etc., já que a moral prescinde de normas aceita conscientemente pelo sujeito; a sociologia, pois as normas morais têm razão de ser para a regulação do comportamento dos indivíduos em sociedade; a antropologia social por conta de seus estudos sobre as sociedades primitivas ou desaparecidas

que revelam a vida moral destas comunidades; a história que nos explica as sucessivas mudanças nas sociedades, mostrando que o mundo da moral não é estático ou que certos valores não morrem no passado, estando sempre sujeitos a mutações e sofrendo influências juntamente as mudanças histórico-sociais; a pedagogia por ser através da educação (no seu sentido amplo) que o ser humano adquire e cria valores morais; o direito por também tratar de questões normativas, porém impostas; e, por fim, a economia política, pois as relações econômicas influenciam na moral dominante, a exemplo da sociedade capitalista em que a força de trabalho produtora de riquezas é vendida como mercadoria e as leis da obtenção do mais lucro vigoram, e onde mesmo as riquezas produzidas socialmente são apropriadas de forma desigual pelos membros da “sociedade” possivelmente gera uma moral individualista e egoísta.

Podemos perceber que a ética se comunica com as ciências Humanas, mas de forma íntima com outros comportamentos humanos (prático-utilitário, religioso, jurídico, estático, social, etc.). Mas não podemos esquecer que a ética, como ciência, tem seu objeto próprio de estudo: o comportamento moral.

A MORAL NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA DA MORAL

Já que por moral entendemos “um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada” (VÁZQUEZ, 2008, p. 37) significa que a moral sofre mudanças quando a estrutura social se altera. Deste modo podemos falar da moral da Antiguidade, da moral feudal própria da Idade Média, da moral burguesa na sociedade moderna, etc.

A moral não pertence a um mundo à parte, isolado, é um comportamento específico do homem e da mulher, que se inserem em uma sociedade e que são produto e produtores de um processo histórico. Deste modo, o gênero humano constantemente está se reproduzindo: na esfera de sua existência material, prática, como na esfera de sua vida espiritual, onde se encontra o campo da moral.

Concluimos nesta análise que: pensar a moral fora da história é pensar a moral fora do homem e da mulher real. De fato várias doutrinas éticas desconsideraram o “homem” real como sujeito próprio da história e da moral; tais doutrinas éticas, também modificadas com o tempo, consideravam a moral proveniente: a) de uma entidade divina, Deus; b) da natureza,

sendo a moral algo já pertencente ao homem biológico; c) pertencente ao homem, mas a um homem ideal, abstrato, com sua essência imutável e, por isso mesmo, com sua moral eterna, absoluta e *a priori*.

Quando dizemos que percebemos uma transformação na moral conforme o movimento da história dos homens, não quer dizer que, uma vez constatada a queda de uma determinada estrutura social, tudo o que há de peculiar a ela se dissolva por completo, mas que dadas às condições históricas (matérias e culturais) novas relações sociais podarão surgir e com isto, sem negar o velho, mas superando-o, nova moral emergir (muitas vezes mudando seu conteúdo, mas mantendo a sua forma ou vice-versa) das necessidades objetivas e subjetivas do novo “homem” que estará se fazendo.

Dentro da história maior da humanidade é possível extrair uma história da moral, onde se podem perceber sucessivas morais e de onde se pode tentar descobrir os fatores ou causas que determinam estas mudanças. Para tanto, faz-se necessário uma retrospectiva da moral em diferentes momentos históricos. Nesta perspectiva será enfrentada a questão que Vázquez coloca: o do “sentido ou direção da mudança moral, ou, em outras palavras, o problema de se existir ou não, através da mudança histórica das morais concretas, um progresso moral”. (VÁZQUEZ, 2008, p. 39)

SOCIEDADE PRIMITIVA – A ORIGEM DA MORAL

A origem da moral se confunde com a origem do próprio homem, porém ela só poder ser realmente percebida quando este supera sua:

[...] natureza puramente natural, instintiva, e possui já uma natureza social: isto é, quando já é membro de uma coletividade (*gens*, varias famílias aparentadas entre si, ou *tribo*, constituída por vária gens). Como regulamentação do comportamento dos indivíduos entre si e destes com a comunidade, a moral exige necessariamente não só que o homem esteja em relação com os demais, mas também certa consciência – por mais limitada e imprecisa que seja – desta relação para que se possa comportar de acordo com normas ou prescrições que o governam. (VÁZQUEZ, 2008, p. 39)

O período da Pré-História é relativamente longo, com demoras no melhoramento das condições de vida dos homens e com diferentes modos de vida nos distintos lugares do mundo¹. Mas podemos perceber que, conforme o homem aprimorava sua forma de produzir sua existência, modificava sua conduta. Assim, nos períodos de maior selvageria, onde a luta pela sobrevivência era incessante, onde o alimento era apenas extraído da terra (não havia cultivo de plantas nem criação de animais) a antropofagia era uma prática comum; o que mais tarde seria condenado pelo fato dos homens, através do trabalho coletivo, adquirir níveis superiores de produção e socialização.

Para se entender o comportamento moral dos homens nas comunidades primitivas é preciso entender suas bases econômicas. Como a vida e o trabalho coletivo significavam maior poder sobre a natureza hostil e a sobrevivência dos indivíduos pertencentes, e, da própria *gens* ou *tribo*, tudo o que fortalecia a união entre os indivíduos e a coletividade era tido como bom: ajuda mútua, solidariedade, disciplina, amor aos filhos da mesma tribo; assim como o que reforçava a desunião era considerado mal: egoísmo, preguiça, covardia. Do mesmo modo eram estabelecidos (não de maneira formal) alguns direitos e deveres, como o dever de todos trabalharem e lutarem contra os inimigos da *tribo*, e o direito de todos a uma parte igual, de tudo o que era produzido na coletividade, o que gerava o conceito de justiça. Porém podemos dizer que estas normas morais não eram muito elevadas: porque só eram respeitadas entre os indivíduos da mesma *tribo*, o que faz a moral não ser tão abrangente; porque o nível de consciência individual das normas morais era baixo, pelo fato da aprendizagem ser exclusivamente pelo costume e pela tradição, o que não exige muita reflexão por parte do indivíduo; e por conta do indivíduo ter pouca liberdade diante da comunidade. Engels em um trecho de sua obra: “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” explica um pouco o que foi exposto:

Ela [a *gens* ou a *tribo*] não é mais que seu próprio agrupamento natural, sendo capaz de resolver todos os conflitos que possam surgir no interior da sociedade assim organizada. Os conflitos externos são resolvidos pela guerra que pode terminar com o aniquilamento da tribo, mas nunca com sua escravidão. A grandeza, mas também a limitação, da organização gentílica está no fato de não admitir em si nem a dominação nem a servidão. Internamente, não há ainda qualquer diferença entre direitos e deveres. Para o

¹ E válido lembrar, que esta divisão periódica da História é utilizada de forma didática para uma melhor compreensão dos processos supracitados, visto que a História real dos homens não se deu de maneira progressiva e linear como normalmente nos é colocada. Como podemos exemplificar em nossa atual sociedade que coexistem modos de produção capitalista e não-capitalista, porém precisamente o que nos interessa aqui é o modo de produção dominante de cada período histórico.

índio, não se põe o problema de saber se é um direito ou um dever tomar parte nos assuntos públicos, na vingança de sangue ou em sua reparação. Essa questão lhe parece tão absurda como se a questão de comer, dormir e caçar é um dever ou um direito. Não pode, do mesmo modo, verificar-se uma divisão da tribo ou da *gens* em diferentes classes sociais. E isso nos leva a um exame da base econômica dessa situação. (Engels, 1891, p.170)

Várias modificações na moral que marcam precisamente esse período na história poderiam ser ressaltadas, porém requereria uma análise mais detalhada, o que não nos cabe neste trabalho, no entanto algumas outras podem ser ditas. Por exemplo, a monogamia surge nas comunidades primitivas a partir do momento em que os prisioneiros de guerra não são mais mortos e sim transformados em escravos, o que cria a necessidade da propriedade privada para os membros originários da tribo, articulado com a família monogâmica, pois agora era preciso saber quem era o herdeiro da propriedade privada, desse modo à criança já não é mais o filho da tribo como no tempo das comunidades matriarcais, mas filho de um pai e de uma mãe precisos, quando a sociedade se torna patriarcal. A divisão social do trabalho que era dividida pelo sexo e pela idade, e que atribuía à mulher atividades domésticas de extrema importância e bastante valorizadas pela tribo, pelo fato de ser uma atividade pública, passa agora a ser um trabalho desvalorizado por ter se tornado assunto privado e subordinado ao trabalho do homem que produz riqueza e sustenta a família, esta é a possível origem do machismo. Desse modo podemos perceber algumas mudanças na conduta moral: respeito à vida dos prisioneiros - que agora poderiam ser incorporados à tribo, pois permitiam maior produtividade, o que torna a vida material mais rica e que, por sua vez, permite o excedente populacional - e a fidelidade da mulher perante o seu “marido”².

SOCIEDADE ESCRAVISTA – SOCIEDADE ANTIGA

É notória a divisão da sociedade antiga em duas classes antagônicas – a classe dominante, composta por homens livres e a classe dominada, composta pelos escravos – o que revela também uma divisão da moral: a dos homens livres que era a única considerada verdadeira, por ser a da classe dominante e por que era uma moral efetiva e fundamentada em

² Utilizamos o termo marido entre aspas com o intuito de não sermos anacrônicos, visto que nesse período da História o termo não era utilizado e não remete as mesmas conotações dos tempos modernos.

uma teoria (as grandes doutrinas éticas dos filósofos da Antiguidade, Sócrates, Platão e Aristóteles); e a moral dos escravos “que no seu íntimo rejeitava os princípios e as normas morais vigentes e consideravam válidos os seus próprios, na medida em que adquiriam a consciência de sua liberdade” (VÁZQUEZ, 2008, p.43).

Os escravos não deixavam de ser influenciados pela moral dominante, que os percebiam como objetos e que justificava a divisão social em homens livres e escravos pela natureza das coisas, pois tal distinção era justa e útil. De fato a moral dos escravos, reprimidos e embrutecidos, nunca pôde se elevar a um nível teórico que superasse os limites daquela moral dominante, embora, como relata Vázquez (2008), à medida que tomavam consciência, mesmo que obscura, de sua liberdade se revelavam contra os seus opressores, o que remetia a alguns valores necessários.

A moral da Antiguidade, principalmente a moral ateniense, está estreitamente ligada à política, pois é através desta prática que as relações entre os membros da comunidade eram organizadas e dirigidas, diferentemente das comunidades primitivas, agora de forma a refletir mais racionalmente estas relações. Vázquez nos explica os valores morais predominantes daquela época, os seus limites e progressos.

Daí a exaltação das virtudes cívicas [na moral ateniense ligada a política] (fidelidade e amor à pátria, valor na guerra, dedicação aos negócios públicos acima dos particulares, etc.). Mas isto tudo se refere aos homens livres, cuja liberdade tinha por base a instituição da escravidão e, por sua vez, a negação de que os escravos pudessem levar uma vida político-moral. Mas, dentro destes limites, nasce uma nova e fecunda relação para a moral entre o indivíduo e a comunidade. De um lado, cresce a consciência dos interesses da coletividade e, de outro, surge uma consciência reflexa da própria individualidade. O indivíduo se sente membro da comunidade, sem que, de outro lado, se veja – como nas sociedades primitivas – absorvido totalmente por ela. Esta compreensão da existência de um domínio pessoal que constitui parte de uma autêntica conduta moral.
(VÁZQUEZ, 2008, p.44)

SOCIEDADE FEUDAL – IDADE MÉDIA

Com a ruína do mundo antigo, surge a sociedade feudal, cujos traços essenciais vão se delinear a partir dos séculos V-VI de nossa era, e que vão se estender por uns dez séculos. O regime sócio-econômico desta sociedade se caracteriza pela divisão em duas classes fundamentais: os senhores feudais, que eram donos absolutos da terra e os servos camponeses

que estavam presos à terra pertencente ao senhor feudal e, conseqüentemente, produziam para si e para o senhor. Comparado ao escravo, o servo, apesar de sua situação dura de vida, das violências e arbitrariedades que sofria pelos seus opressores, formalmente não era reconhecido como coisa, mas como seres humanos que tinham direito à vida, além de terem uma relação mais direta com seus instrumentos de trabalho (terra, ferramenta etc.). Nesta sociedade havia um sistema de vassalagens e dependências: os homens livres da cidade (pequenos industriais, comerciantes, artesãos) dependiam da proteção dos senhores feudais e por isso obedeciam e prestavam serviços a eles e que, também por sua vez dependia de senhor feudal mais poderoso. Nessa hierarquia social se inseria também a Igreja, dona de feudos ou terras. A Igreja exercia um poder espiritual sobre toda a sociedade, visto que era o instrumento do senhor supremo, Deus, o qual estaria no topo da hierarquia e a quem todos os homens da terra deviam vassalagem. Porém o poder da Igreja não se limitava apenas aos assuntos espirituais, mas envolvia-se com assuntos políticos, próprios de reis e imperadores o que gerava uma relação de poder de/entre “duas espadas”.

As características sócio-econômicas e espirituais próprias da sociedade medieval correspondiam às características da moral daquela época. Pelo fato da Igreja estar à frente dos assuntos espirituais, a moral estava impregnada de conteúdo religioso e era aceita por todos os membros da comunidade, o que garantia certa unidade moral da sociedade. Porém, por conta da vasta ramificação social (senhores feudais, servos da gleba, artesãos etc.), havia várias normas de conduta diferentes, “um código dos nobres e cavaleiros com sua moral cavalheiresca e aristocrática; código das normas religiosas com a sua moral monástica; códigos das corporações, códigos universitários, etc.” (VÁZQUEZ, 2008, p.46). Os servos eram os únicos que não possuíam princípios e regras formuladas e codificadas. Destacando a moral da classe dominante, da aristocracia feudal, podemos perceber, assim como na sociedade antiga, o desprezo pelo trabalho e a exaltação pelos ofícios do ócio e da guerra, porém, em contrapartida ao exercício das altas virtudes (jogar xadrez, compor versos em honra da “bela amada”, nadar, esgrimir etc.), haviam práticas deploráveis: “o valor da guerra se acompanhava com façanhas cruéis; a lealdade ao senhor era obscurecida não raramente pela hipocrisia, [...], o amor a “bela dama” [...] com o direito de impedir as núpcias de uma serva ou inclusive de violentá-la.” (VÁZQUEZ, 2008, p. 46)

Detendo-nos um pouco mais na moral própria dos servos, Vázquez conta que:

[...] apesar das terríveis condições de dependência pessoal em que se encontravam e pelos obstáculos de todo espécie para elevar-se até a compreensão das origens sociais de seus males, no seu próprio trabalho e, particularmente, no protesto e na luta para melhorar as suas condições de existência, os servos iam apreciando outros bens e qualidades que não podiam encontrar aceitação no código moral feudal: a sua liberdade pessoal, o amor ao trabalho na medida em que dispunham de uma parte de seus frutos, a ajuda mútua e a solidariedade com os companheiros da mesma sorte. E apreciavam, sobretudo, como uma esperança e uma compreensão de suas desventuras terrenas, a vida feliz que a religião lhes prometia para depois da morte, junto com o pleno reconhecimento – nesta vida – de sua liberdade e de sua dignidade pessoal. Assim, pois, enquanto não se libertavam realmente de sua dependência pessoal, a religião lhes oferecia sua liberdade e igualdade no plano espiritual e, com isso, a possibilidade de uma vida moral, que, neste mundo real, por seres servos, lhes era negada. (VÁZQUEZ, 2008, p. 47)

SOCIEDADE CAPITALISTA – IDADE MODERNA

No interior da sociedade feudal cresce o germe de uma outra ordem social, a sociedade capitalista ou moderna, através da ascensão da classe burguesa como classe dominante, por intermédio de sucessivas revoluções: Industrial, que lhe garantiu a supremacia econômica e a Francesa que lhe forneceu o poder político, podemos também relacionar a isto o progresso técnico – científico e as modificações nas relações sociais que permeiam o cotidiano. Em síntese, a organização socioeconômica do capitalismo se funda na propriedade privada dos meios de produção por parte da burguesia capitalista, classe dominante, e no trabalho assalariado, cuja força de trabalho, o proletário, classe dominada, vende ao capitalista, por não possuir os meios de produção e por obter apenas sua força de trabalho para subsistir, o que gera a relação capital-trabalho, sendo o trabalho subordinado ao capital. Na sociedade capitalista o trabalhador é visto como um ser econômico e não como um ser humano real, com seus sofrimentos e desgraças. Vigora-se a lei do maior lucro, o que gera uma moral pautada no egoísmo, na hipocrisia, no cinismo, no individualismo exacerbado, o culto ao dinheiro e a mercadorias e a utilização de pessoas para ganhar vantagem, etc.

A sociedade capitalista sofreu várias modificações³, principalmente no que se refere ao seu modo de produção e às condições de vida dos indivíduos em geral, e não se pode perceber de forma tão explícitas as suas relações de exploração como no capitalismo do século XIX.

³ Não se torna possível neste trabalho comentar tais modificações, porém o leitor pode procurar vastas fontes que explicam com propriedade estas modificações como David Harvey em seu livro *Condição Pós-Moderna*.

Mas, desta forma de exploração [capitalismo clássico] passou-se, ultimamente a outras, baseadas numa pretensa humanização ou moralização do trabalho. Aos incentivos materiais se acrescenta agora uma aparente solicitude para com o homem, inculcando no operário a idéia de que, como ser humano, faz parte da empresa e deve integrar-se nela. Impinge-se-lhe assim, como virtudes, o esquecimento da solidariedade com os seus companheiros de classe, o acoplamento de seus interesses pessoais com os interesses da empresa, a laboriosidade e a escrupulosidade a favor do interesse comum da mesma, etc. Mas, integrando-se desta maneira no mundo de poder, no qual a exploração, longe de desaparecer, não faz senão adotar formas mais astuciosas, o operário dá a sua contribuição pessoal para manter a sua alienação e a sua exploração. A moral que lhe é inculcada como uma moral comum, livre de qualquer conteúdo particular, ajuda a justificar e a reforçar os interesses do sistema regido pela lei da produção da mais-valia e é, por isso, uma moral alheia a seus verdadeiros interesses humanos e de classe. (VÁZQUEZ, 2008, p.50)

Conforme foi visto nas considerações anteriores, na sociedade escravista os homens livres não se preocupavam em se justificar moralmente para os escravos oprimidos os seus atos de exploração e opressão, pelo fato dos escravos serem considerados pelos seus senhores como instrumento ou coisa, da mesma maneira podemos perceber que no capitalismo clássico os percussores de barbaridades ocorridas nos países colonizados da África, América e Ásia e na exploração de milhares de operários ocorrida nas indústrias da Europa, não se preocuparam também com qualquer julgamento moral, por considerar o trabalhador como um ser *econômico* o que tornava legítimo sua exploração, por ser isto um fato natural e racional.

Porém, conforme os povos subjugados ou colonizados não se resignam a serem dominados, lança-se mão da moral para justificar a opressão. Esta moral colonialista e burguesa considera como virtudes validas para o colonizado o que condiz com seus interesses de país colonizador ou com a sua posição de classe dominante: o fatalismo, a passividade, humildade, resignação, etc.; e denominam moralmente negativo qualquer conduta que venha a se opor à dominação: indolência, criminalidade, apego a tradição, etc.

Diante desta moral colonialista, que se relaciona com interesses sociais determinados, os povos subjugados foram afirmando, cada vez mais, a sua moral particular, aprendendo a distinguir entre as suas próprias virtudes e os seus próprios deveres. E só conseguem isso na medida em que, crescendo a consciência de seus verdadeiros interesses, lutam por sua emancipação nacional e social. Nesta luta, a sua moral se afirma não mais com as virtudes que o opressor lhe apresentava como suas e que tinham interesses em fomentar (passividade, resignação, humildade, etc.) ou com os vícios que se lhe atribuíam (criminalidade, indolência, fingimento, etc.), mas com as virtudes peculiares – as de uma moral que os opressores não podiam aceitar: sua honra, a fidelidade aos seus, seu patriotismo, seu espírito de sacrifício, etc.). (VÁZQUEZ, 2008, P.51)

CONCLUSÃO

Conforme tudo que foi exposto, podemos concluir, respondendo o que nos foi colocado anteriormente: Podemos falar de um progresso moral? E se podemos, sobre que bases este progresso se efetiva?

Acreditamos ser a moral uma mediação que permeia as mais diversas relações sociais, e desta forma, a mesma sofre influências e influencia o contexto social. O seu progresso depende do desenvolvimento material e cultural, e pela própria natureza do ato moral requer um nível elevado de consciência da práxis social, almejando sempre uma relação harmônica entre os interesses do indivíduo e do coletivo. Desta forma acreditamos que para a realização da moral universal como o princípio que Kant requeria, a partir do qual o homem seria o fim e não o meio, só será possível mediante uma sociabilidade que diferentemente das anteriores, não se funde na exploração do homem pelo homem, que, como percebemos, gera uma moral dividida se não alienada entre os interesses de classe. Precisamente no contexto contemporâneo há o desafio de modificar as relações perante o trabalho e perante o outro, o que remete à superação de valores individualistas, o espírito de posse; com o fim de alcançarmos uma sociedade sem classes. Porém, como no próprio movimento da história, tal superação terá que ser feita de forma dialética conservando valores já conquistados pela humanidade e negando, modificando ou criando outros.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Ed. Escala. 4ª edição - São Paulo. S/d.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética de Educação: um estudo introdutório**. – 14ª. Ed. – São Paulo: Cortez, 2003.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. - 30º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

